

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista, fundado em 13 de setembro de 1881 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Promover ações na área da saúde;
- IV) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- V) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- VI) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VII) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VIII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- IX) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- X) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- XI) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IEP, de conformidade com a legislação vigente;
- XII) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XIII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIV) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Os recursos da Instituição foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

Atualmente, a Instituição mantém as seguintes unidades:

- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Taquaral;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Santa Bárbara D'Oeste;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Lins;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Centro;
- **Colégio Piracicabano** - Campus Centro.

1.2. Impostos, contribuições e programa de bolsas

(I) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150, inciso VI, alínea C da Constituição Federal;

(II) Programa de integração social - PIS

Em 2011 o Instituto teve o reconhecimento da imunidade do PIS sobre folha de pagamento, pelo processo judicial 005379-06.2000.4.03.61.09;

(III) Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(IV) Contribuição patronal ao instituto nacional do seguro social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 19;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

(V) Benefícios do programa universidade para todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2007. A entidade utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades, de acordo com a legislação vigente, detalhada na Nota Explicativa nº 19;

(VI) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na alínea C, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, o Instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 105.124.390 (R\$ 36.471.328 negativo em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido negativo de R\$ 69.190.506 (R\$ 2.038.698 positivo em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos do Instituto;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter o parcelamento dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Instituição;
- Reduzir os encargos financeiros através da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários.

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez imediata.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação do Resultado Abrangente

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas gratuidade e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 20).

(I) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(II) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(III) Receita diferida - matrículas e mensalidades

As matrículas e mensalidades para o ano letivo subsequente que são recebidas de maneira antecipada, são reconhecidas como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão contabilizadas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras compõem-se de fundos de renda fixa. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) e imposto de renda retido dos funcionários do Instituto.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Investimentos

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

O investimento em coligada, quando aplicável, é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado na mesma data-base do balanço do Instituto. A equivalência patrimonial é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.10. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.13. Estimativas contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.14. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco - contas correntes	168.438	307.244
Caixa	2.258	3.343
Aplicações financeiras	85	2.592
Total	170.781	313.179

4. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Circulante		
Mensalidades a receber (a)	18.913.139	21.281.074
Fies (b)	6.801.288	11.647.863
Proies (c)	2.255.120	2.511.160
Confissão de dívida	1.419.105	2.335.596
Bolsas restituíveis (d)	1.118.346	1.756.726
Cheques em cobrança	200.625	263.770
Cheques a compensar	35.296	2.718
Créditos a receber - cartão de crédito	14.326	15.894
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa(PECLD) (a)	(12.131.492)	(13.541.147)
Total	18.625.753	26.273.654
Não Circulante		
Bolsas restituíveis (d)	4.033.470	3.523.604
Total	4.033.470	3.523.604

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

- (a) O saldo de Mensalidades a receber e PECLD reduziu em 2018, devido à redução do número de alunos.
- (b) O saldo do Fies reduziu em 2018, porque tivemos recompra do Fies referente ao saldo de 2017 e também pela redução do número de alunos.
- (c) O saldo do Proies corresponde às concessões de bolsas de estudo a serem utilizadas para abater 90% dos valores mensais do parcelamento constante na Nota Explicativa nº 14.
- (d) A instituição oferece desde 1986 o CEI Crédito Educativo Interno - Bolsas Restituíveis, que é atualizado e restituído pelo aluno, conforme determinado em contrato. Nos últimos anos a instituição reduziu a concessão dessas bolsas, porque os alunos têm outras opções de financiamento de mensalidade.

A partir de 2017 o Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos três anos, deduzindo de provisões para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de provisão constituída sobre os cheques em cobrança e confissão de dívida.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	(10.224.588)	(10.981.628)
Confissão de dívida	(1.314.367)	(1.831.270)
Bolsas restituíveis	(391.912)	(464.479)
Cheques devolvido	(200.625)	(263.770)
Total	(12.131.492)	(13.541.147)

As estimativas de perda foram constituídas a partir da incerteza da realização desse ativo, conforme o critério demonstrado abaixo:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias não constitui estimativa.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

5. Compromissos a receber

Descrição	2018	2017
Circulante		
ASEBEC Assoc Evangélica Beneficiente (a)	1.277.134	1.238.830
Total	1.277.134	1.238.830
Não circulante		
Partes relacionadas (b)	4.388.380	7.343.241
ASEBEC Assoc Evangélica Beneficiente (a)	2.554.268	3.716.489
Pamhi-Progr. Assist. Méd. Hosp. IEP	1.881.687	207.202
TCMEP Empreend. Imobiliários SPE Ltda (c)	1.634.886	2.001.344
Outros	452.244	402.022
Total	10.911.465	13.670.298

- (a) Refere-se ao acordo assinado em 22 de julho de 2016 entre o IEP e a Asebec Associação Evangélica Beneficiente, conforme Nota Explicativa nº 17;
- (b) Refere-se às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.
- (c) Referem-se à redução de capital, que foi recebido R\$ 366.458 em 2018 e R\$ 252.375 em 2017 e o restante será pago conforme disponibilidade de caixa da TCMEP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, que o Instituto tem participação, conforme Nota Explicativa nº 8.

6. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Impostos a recuperar (a)	2.727.281	33.417
Adiantamentos a funcionários e outros	1.287.359	1.285.078
Alugueis a receber	674.325	475.291
Outros	284.041	67.490
Taxas acadêmicas a receber	67.038	122.239
Depósito recursal	37.176	20.625
Total	5.077.220	2.004.140

- (a) O aumento refere-se ao recolhimento indevido de INSS, que foi abatido pelo FIES em 2018 e que será solicitado compensação.

7. Depósitos e bloqueios judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos e bloqueios judiciais - LP	1.628.115	1.570.790
Depósito Recursal - LP	1.403.574	1.328.802
Total	3.031.689	2.899.592

- (a) Existem contra o IEP processos de execução da dívida fiscal, movidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) referente ao lançamento das cotas patronais das quais o instituto está imune, por se tratar de instituição Filantrópica. Contra a pretensão do Fisco

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

o IEP pleiteou a Declaração Judicial da Inexistência do Débito. Para os processos de valores menores, foram efetuados depósitos judiciais. Não foi constituída a provisão face a perspectiva de ganho da causa por parte do IEP.

8. Investimentos

a. Composição dos saldos

Descrição	2018	2017
Quotas e ações diversas		
TCMEP	138.530	-
TCMEP 2	10.153.004	10.143.152
TCMEP 3	1.329.449	1.327.044
Outros	3.944	3.944
Total	11.624.927	11.474.140

b. Movimentação

	TCMEP	TCMEP 2	TCMEP 3	OUTROS	TOTAL
Saldos em 2017	-	10.143.151	1.327.045	3.944	11.474.140
Equivalência Patrimonial	547.162	(116.147)	(3.613)	-	427.402
Aumento de Capital	-	126.000	6.017	-	132.017
Dividendos recebidos	(408.632)	-	-	-	(408.632)
Saldos em 2018	138.530	10.153.004	1.329.449	3.944	11.624.927

Desde 2011 a instituição possui participação na empresa TCMEP3 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., que foi constituída para o Masterplan Empreendimento Imobiliário Multiuso, cuja participação corresponde a 12,28%. Desde junho de 2012 houve o registro das empresas TCMEP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e TCMEP2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., também constituídas para o Masterplan, sendo que a instituição participa com 42% na TCMEP e 45% na TCMEP2.

Como a empresa TCMEP foi constituída para o loteamento fechado, cujas vendas já foram realizadas em sua quase totalidade, o Instituto recebeu dividendos no montante de R\$ 408.632 em 2018 e R\$ 122.740 em 2017, que foram integralmente aplicados na atividade da Instituição. No ano de 2015 a TCMEP securitizou os recebíveis, no entanto, o IEP não participou desse processo. Devido à securitização, a TCMEP reduziu o capital, sendo a participação do Instituto correspondente à R\$ 2.982.000, que foi pago R\$ 366.458 em 2018 e R\$ 252.375 em 2017, e o restante será pago conforme a disponibilidade de caixa, esse valor está demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de depreciação amortização (%)	2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos (a)		33.403.604	-	33.403.604	33.403.604
Projetos em Execução		936.428	-	936.428	936.428
Edificações (a)	4%	84.307.635	(20.264.290)	64.043.345	67.415.650
Equipamentos de informática	20%	6.375.407	(5.974.540)	400.867	552.113
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	781.197	(781.197)	-	355
Móveis e utensílios	10%	9.003.142	(8.798.652)	204.490	256.869
Máquinas e equipamentos	10%	12.216.777	(11.393.614)	823.163	616.238
Bibliotecas	10%	12.161.543	(11.529.142)	632.401	815.952
Equipamentos de ensino	10%	-	-	-	-
Instalações	10%	2.185.071	(2.145.143)	39.929	44.281
Laboratórios	10%	10.100	(708)	9.392	-
Equipamentos de comunicação	10%	4.679.611	(4.476.856)	202.755	274.925
Veículos	20%	483.566	(483.566)	-	-
Total		166.544.082	(65.847.708)	100.696.374	104.316.415

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	33.403.604	-	-	-	33.403.604
Projetos em Execução	936.428	-	-	-	936.428
Edificações	84.307.635	-	-	-	84.307.635
Equipamentos de informática	6.756.762	47.102	431.549	3.092	6.375.407
Benfeitorias em bens de terceiros	781.197	-	-	-	781.197
Móveis e utensílios	9.036.954	5.663	39.474	-	9.003.142
Máquinas e equipamentos	11.927.468	37.661	55.614	307.263	12.216.777
Bibliotecas	12.152.138	9.405	-	-	12.161.543
Equipamentos de ensino	-	-	-	-	-
Instalações	2.183.471	1.600	-	-	2.185.071
Laboratórios	-	320.455	-	- 310.355	10.100
Equipamentos de comunicação	4.813.639	-	134.028	-	4.679.611
Veículos	483.566	-	-	-	483.566
Total	166.782.863	421.885	660.666	-	166.544.082

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

10. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	2018				2017
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	20%	7.015	-	7.015	7.015
Softwares	20%	708.405	364.552	343.852	444.492
Total		715.420	364.552	350.868	451.507

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Marcas e patentes	7.015	-	-	-	7.015
Softwares	593.619	-	-	-	593.619
Gastos implantação sistemas	114.786	-	-	-	114.786
Total	715.420	-	-	-	715.420

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx de juros	Vencido	Garantias	2018	2017
Circulante						
Banco Bradesco	Cap.Giro	0,45% a.m.	ago/20	Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred.	13.814.588	-
Banco Bradesco	Cap.Giro	0,53% a.m.+CDI	ago/20	Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred.	-	9.291.829
Banco Bradesco	Cap.Giro	1,5% a.m.	jan/18	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditorios	-	992.396
Banco IBM	Arrend.Merc	0,38% a.m.	mai/18	Alienação fiduciária	267.124	236.554
Banco de Lage	Financiam.	-	abr/18	Devedor solidário	-	19.245
Landen Brasil					-	
Total circulante					14.081.712	10.540.024

Descrição	Tipo	Tx de juros	Vencido	Garantias	2018	2017
Não circulante						
Banco Bradesco	Cap.Giro	0,45% a.m.	ago/20	Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred.	12.823.500	-
Banco Bradesco	Cap.Giro	0,53% a.m.+CDI	ago/20	Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred.	-	16.549.698
Banco IBM	Arrend.Merc	0,38% a.m.	mai/18	Alienação fiduciária	-	151.227
Total Não Circulante					12.823.500	16.700.925

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Restrições contratuais e *covenants*

A Instituição possui contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S/A que contém determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*). A administração da Instituição considera que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Instituição, e aplicou os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cuja aplicação foi afastada com o propósito de fazer com que estas demonstrações financeiras representassem apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Instituição.

Apesar dos resultados operacionais obtidos pela Instituição nos últimos anos, consolidados e incrementados em 2018, alguns fatores fora do controle da Instituição, especialmente a crise econômica pela qual passa o país, que além dos impactos monetários causou forte impacto nos índices de emprego e renda do público alvo da instituição que refletiram na captação e retenção de alunos, bom como nos índices de inadimplência que geraram deterioração momentânea de alguns índices financeiros da Instituição. Para todos os casos em que os índices obtidos pela Instituição não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato, a Instituição renegociou novas condições contratuais adequadas à nova realidade econômica da Instituição, conforme detalhado a seguir:

- Bradesco S/A: Covenants financeiros medidos anualmente:

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	≤ 2,50
EBITDA / Despesa Financeira	> 2,00
Total Ativo Curto Prazo / Passivo Curto Prazo	≥ 0,60

Com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal de 2018, a Instituição verificou a possibilidade de não cumprimento (i) Dívida líquida / EBITDA. Diante disso, a Instituição iniciou tratativas relativas ao pedido de dispensa à observância deste índice e obrigação junto ao Bradesco (agente do financiamento).

O CPC 26, em seu item 74, estabelece que “74. Quando a entidade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do *covenant*. O passivo deve ser classificado como

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data”. Diante disso o instituto apropriou os saldos desse empréstimo em sua totalidade no Curto Prazo, e fez renegociação com o Banco Bradesco, conforme Nota Explicativa nº 31.

12. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
Circulante		
Rescisões e Homologações	45.509.667	3.577.802
FGTS a recolher	11.405.264	9.210.835
Férias	3.528.519	5.862.735
Salários e ordenados	2.669.692	3.619.038
2ª parcela 13º salário	2.099.859	1.498.670
Acordos Trabalhistas a Pagar	1.328.624	697.350
INSS a recolher	389.972	1.151.377
Outros	274.736	719.875
Total	67.206.333	26.337.682
Não Circulante		
Acordos Trabalhistas a Pagar	679.820	763.273
Total	679.820	763.273

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a pagar, que correspondem às verbas rescisórias e encargos, que serão quitadas mediante acordos e parcelamentos.

13. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
Circulante:		
IRRF pessoal a recolher	12.844.754	7.244.309
Outros	108.365	66.798
Total	12.953.119	7.311.107

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações pleiteia parcelamentos junto aos órgãos fiscais.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

14. Parcelamentos

Descrição	2018	2017
Circulante		
FGTS a recolher - parcelamento (a)	2.942.384	3.028.709
Parcelamento PROIES-Lei 12688/2012 (b)	2.365.683	1.871.261
Parcelamento Pert da Lei 13.496/2017 (c) e (d)	675.426	563.087
INSS a recolher - parcelamento	129.204	90.776
Parcelamento REFIS Lei 11.941/09	-	-
Total	6.112.697	5.553.833
Não Circulante		
Parcelamento PROIES-Lei 12688/2012 (b)	23.514.548	24.645.995
FGTS a recolher - parcelamento (a)	11.760.341	12.400.597
Parcelamento Pert da Lei 13.496/2017 (c)	6.548.141	6.240.887
INSS a recolher - parcelamento	266.484	355.539
Total	42.089.514	43.643.018

- (a) O saldo refere-se aos parcelamentos do FGTS feitos em julho/2016 do 2º semestre/2015 e parte do 1º semestre/2016, e feito em maio/2017 dos valores do 2º semestre/2016 e parte do 1º semestre/2017.
- (b) Em dezembro de 2012, a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), aprovado pela Lei nº 12.688 de 18 de julho de 2012, parcelando os valores não recolhidos de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoal. A adesão ao Proies foi concedida pela Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região, através do Ato Declaratório nº 2, de 26/02/2013, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 Página 20 de 27/02/2013. Conforme suas regras, o pagamento de até 90% desses valores está vinculado à concessão de Bolsas de Estudo nos moldes do Prouni, a serem pagos em até 180 parcelas, com carência de 12 meses. A partir do 2º semestre de 2013 a instituição já concedeu bolsas para a compensação das parcelas iniciais a serem pagas, valores que estão registrados no Ativo Circulante - Contas a receber, conforme Nota Explicativa nº 4;
- (c) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21 de junho de 2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do art. 2o. da referida Lei;

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

15. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Circulante		
Contratos de locação (a)	3.632.211	2.415.912
Total	3.632.211	2.415.912
Não circulante		
Partes relacionadas (b)	21.749.593	14.335.579
Total	21.749.593	14.335.579

- (a) Refere-se a contrato de locação com a AIM - Associação da Igreja Metodista, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº30;
- (b) Os valores de compromissos a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Provisões para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, o Instituto apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a demandas judiciais:

	2018			2017		
	Provisão	Depósito e Bloqueio Judicial	Líquido	Provisão	Depósito e Bloqueio Judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhistas	12.571.000	(831.184)	11.739.816	1.821.000	(699.087)	1.121.913
	12.571.000	(831.184)	11.739.816	1.821.000	(699.087)	1.121.913
Não Circulante						
Trabalhistas	8.351.418	(438.396)	8.789.814	13.578.000	(438.396)	13.139.604
Tributário	1.800.000	(7.673)	1.807.673	1.800.000	(7.673)	1.792.327
Cíveis	1.499.189	(75.534)	1.574.723	1.636.840	(75.534)	1.561.306
	11.650.607	(521.603)	12.172.210	17.014.840	(521.603)	16.493.237

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.835.840
Movimentação líquida	5.385.767
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.221.607

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

16.1. Natureza das demandas judiciais

O Instituto é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, e amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Tributárias:** diferença de cálculo de FGTS para as rescisões ocorridas em 2006 e 2007;
- **Contingências trabalhistas:** consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- **Ações cíveis:** as principais ações estão relacionadas à relação da instituição com o alunado.

16.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no ano de 2018 não tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, sendo que no ano de 2017 havia o valor de R\$ 16.972.

17. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Circulante		
Processos Judiciais Cíveis a Pagar (a)	5.851.454	4.628.368
Valores a Distribuir	687.778	686.568
Contas a Pagar	75.307	79.307
Total	6.614.539	5.394.243
Não circulante		
Processos Judiciais Cíveis a Pagar (a)	5.721.875	9.445.291
Total	5.721.875	9.445.291

(a) Em 08 de junho de 2006 foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Composição com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel, referente ao pagamento do empréstimo feito pela Asebec - Associação Evangélica Beneficente de Campinas, que foi afiançado pelo instituto e oferecido em garantia as matrículas nº 2692 e 2540 correspondentes ao Campus SBO, de propriedade da AIM - Associação da Igreja Metodista. Como a Asebec inadimpliu o compromisso firmado, o instrumento particular foi executado. No intuito de preservar o patrimônio objeto da garantia, em 13 de fevereiro de 2015 foi assinado acordo com o Banco Daycoval no valor de R\$ 21.445.810, parcelado entre fevereiro de 2015 e março de 2021, com

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

atualização mensal. Em 22 de julho de 2016, o Instituto assinou acordo com a Asebec Associação Evangélica Beneficente, no valor de R\$ 7.500.000, revertendo parte do valor a ser pago ao Banco Daycoval, esse valor será recebido parcelado entre julho de 2016 a janeiro de 2022 e está demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

18. Patrimônio líquido

Descrição	2018	2017
Patrimônio social (a)	(133.272.150)	(67.979.911)
Reserva de reavaliação (b)	4.210.658	4.431.314
Ajuste de avaliação (c)	59.870.986	61.509.899
Total	(69.190.506)	(2.038.698)

- (a) O patrimônio social é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (b) A reserva de reavaliação corresponde ao saldo da reavaliação feita em 2006 de todos os terrenos e prédios do instituto, com base em laudo de avaliação de empresa especializada independente. A realização da reserva ocorre mensalmente pela depreciação ou pela baixa de bens;
- (c) O ajuste de avaliação refere-se ao saldo da avaliação realizada em dezembro de 2012 dos terrenos e prédios do Campus Taquaral e Fazendinha, devido à valorização em seu entorno em função dos investimentos constantes na Nota Explicativa nº 9, com base em laudo de avaliação de empresa especializada independente. A realização do ajuste ocorre mensalmente pela depreciação ou pela baixa de bens.

19. Gratuidades

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

2018 - Quantidade de bolsas e valor

Nível de Ensino	Bolsas integrais - 100%		Bolsas parciais - 50%		Total bolsas integrais e parciais	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Educação Superior	1.202	19.084.302	372	2.761.220	1.574	21.845.522
ProUni	1.153	18.499.330	314	2.340.524	1.467	20.839.854
Carente	49	584.972	58	420.696	107	1.005.668
Educação Básica	132	2.173.666	27	226.166	159	2.399.832
Carente	132	2.173.666	27	226.166	159	2.399.832
Total	1.334	21.257.969	399	2.987.386	1.733	24.245.355

2018 - Demonstrativo gratuidade necessária e concedida

Nível de Ensino	Alunos Pagantes	1/9 (1 integral para 9 pagantes)		1/5 Ed.Básica e 1/4 Ed.Sup. (1 integral para 5 e 4 pagantes)	
		Necessárias	Concedidas	Necessárias	Concedidas (a)
Educação Superior	2.569	285	1.202	642	1.388
Educação Básica	501	56	132	100	146
Total	3.070	341	1.334	742	1.534

(a) 2 bolsas parciais de 50% equivalem a 1 bolsa integral.

2017 - Quantidade de bolsas e valor

Nível de Ensino	Bolsas integrais - 100%		Bolsas parciais - 50%		Total bolsas integrais e parciais	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Educação Superior	1.405	20.743.025	626	4.268.644	2.031	25.011.669
ProUni	1.335	19.835.966	472	3.036.075	1.807	22.872.041
Carente	70	907.059	154	1.232.569	224	2.139.628
Educação Básica	153	2.349.758	30	218.611	183	2.568.369
Carente	153	2.349.758	30	218.611	183	2.568.369
Total	1.558	23.092.783	656	4.487.255	2.214	27.580.038

2017 - Demonstrativo gratuidade necessária e concedida

Nível de Ensino	Alunos Pagantes	1/9 (1 integral para 9 pagantes)		1/5 (1 integral para 5 pagantes)	
		Necessárias	Concedidas	Necessárias	Concedidas (a)
Educação Superior	6.476	720	1.405	1.295	1.718
Educação Básica	763	85	153	153	168
Total	7.239	805	1.558	1.448	1.886

(b) 2 bolsas parciais de 50% equivalem a 1 bolsa integral.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

20. Receita líquida

Descrição	2018	2017
Receita de ensino	133.272.696	163.197.636
Receita administrativa	1.901.628	6.129.675
	<u>135.174.324</u>	<u>169.327.311</u>
Deduções da receita		
Bolsas concedidas gratuidade - ProUni e Carente	(24.245.355)	(27.580.038)
Outras Bolsas e descontos concedidos	(20.393.755)	(23.908.461)
(=) Receita líquida	<u><u>90.535.214</u></u>	<u><u>117.838.812</u></u>

21. Custo dos Serviços Prestados

Descrição	2018	2017
Salários	(84.673.637)	(71.119.278)
Encargos	(4.392.485)	(5.134.213)
Benefícios	(1.801.894)	(2.459.070)
Gerais e administrativos	(781.851)	(1.181.123)
Serviços de terceiros e estagiários	(718.833)	(920.423)
Depreciação e amortização	(264.290)	(432.075)
Outros custos operacionais	(235.537)	(651.360)
Total	<u><u>(92.868.527)</u></u>	<u><u>(81.897.542)</u></u>

22. Despesas com pessoal

Descrição	2018	2017
Salários	(13.923.372)	(12.112.583)
Benefícios	(1.773.371)	(2.154.208)
Encargos	(1.132.907)	(1.021.911)
Serviços de terceiros e estagiários	(333.534)	(595.968)
Total	<u><u>(17.163.184)</u></u>	<u><u>(15.884.670)</u></u>

23. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2018	2017
Energia Elétrica	(2.316.080)	(2.616.157)
Água	(931.614)	(979.609)
Propaganda e Publicidade	(780.852)	(131.546)
Material de Uso e Consumo	(716.325)	(497.513)
Manutenção e Conservação	(586.488)	(762.205)
Serviços de Terceiros	(334.024)	(228.626)
Telecomunicações	(261.505)	(448.964)
Utilidades e Serviços	(233.745)	(255.296)
Total	<u><u>(6.160.633)</u></u>	<u><u>(5.919.916)</u></u>

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Aluguel de imóveis	(4.758.896)	(4.068.162)
Licença e manutenção de uso de software/hardware	(1.112.102)	(947.943)
Aluguel de equipamentos	(479.317)	(366.758)
Contribuições e associações	(205.204)	(251.851)
Outras despesas operacionais	(188.916)	(113.029)
Consultoria	(176.163)	(75.070)
Viagens e estadias	(83.410)	(137.056)
Custas processuais	(79.139)	(30.479)
Total	(7.083.147)	(5.990.348)

25. Despesas financeiras

Descrição	2018	2017
Juros e Multas Passivos	(5.744.638)	(3.028.387)
Despesas com Encargos de Parcelamentos	(4.933.688)	(2.970.575)
Juros sobre Empréstimos Bancários	(2.153.604)	(4.993.955)
Juros e Multas Passivos - Mútuos	(2.111.039)	(1.017.048)
Descontos concedidos	(1.782.684)	(3.198.677)
Comissões	(892.336)	(155.228)
Desconto Obrigatório FIES	(539.994)	(1.297.022)
Despesas Bancárias	(369.027)	(783.051)
Variação Monetária Passiva	-	(257)
Total	(18.527.010)	(17.444.200)

26. Receitas Financeiras

Descrição	2018	2017
Juros e Multas Ativos	678.633	1.156.683
Juros e Multas Ativos - Mútuos	632.761	1.079.918
Variação Monetária Ativa	134.087	174.741
Descontos obtidos	5.564	7.632
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	98	856
Total	1.451.143	2.419.830

27. Instrumentos financeiros

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

28. Cobertura de Seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. Bens em comodato e locações

A Instituição através de contrato de comodato cedeu imóveis de sua propriedade à Escola de Música de Piracicaba "Maestro Ernst Mahle" - EMPEM, para que o mesmo utilize no desenvolvimento de atividades educacionais.

Conforme previsão estatutária os bens imóveis da AIM - Associação da Igreja Metodista, quando ocupados por nossa instituição, o serão sob regime de locação, conforme relação dos imóveis abaixo:

Piracicaba - Campus Centro

- a) Prédio Crysantho César
- b) Prédio Centenário
- c) Prédio Rosalie Brow
- d) Prédio Miss Martha Watts e anexo
- e) Prédio Complementar
- f) Prédio Almoxarifado, Manutenção e Casa de Força
- g) Prédio Cantina

Santa Bárbara d'Oeste - Campus SBO

- a) Prédio Principal
- b) Prédio do Laboratório Bloco 2
- c) Prédio do Laboratório Bloco 3
- d) Prédio Refeitório/Manutenção
- e) Laboratório Complementar e Biblioteca SBO
- f) Bloco 5 - Laboratório de Química Industrial/Engenharia Química
- g) Bloco 7 - Cantina
- h) Bloco 9 - Laboratório Mat.Carb./Teatro NUC
- i) Laboratório de Arquitetura e Urbanismo
- j) Atelier de Arquitetura
- k) Laboratório de Informática
- l) Laboratório de Alimentos
- m) Laboratório de Automação
- n) Laboratório de Gestão Ambiental
- o) Bloco 17 - Depósito de Materiais
- p) Bloco 15 - Salas de aula
- q) Vestiários
- r) Quadras Poliesportivas
- s) Cabine de Medição/Compressor
- t) Subestações
- u) Passarelas Descobertas

30. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

31. Eventos subsequentes

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 8.853.708.

O instituto renegociou o contrato de empréstimo com o Banco Bradesco em Maio 2019, no valor total de R\$ 26.638.087 a ser pago em 16 parcelas até agosto de 2020.

Não ocorreram outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

32. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora CRC/SP: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes
SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.